

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ARRANJOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O
IMPACTO SOBRE OS INDICADORES DO SISTEMA DE
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

**TRABALHO DE FINAL DE CURSO APRESENTADO À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

RACHEL COSTA MONTEIRO
Rio de Janeiro - 2021

RACHEL COSTA MONTEIRO

**ARRANJOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O IMPACTO SOBRE
OS INDICADORES DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Administração Pública, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Zucco Júnior

Rio de Janeiro

Agosto 2021

RESUMO

Objetivo: O objetivo do trabalho é analisar o efeito da institucionalização dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação sobre o desempenho escolar dos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino dos municípios integrantes.

Metodologia: A coleta dos dados baseou-se tanto em dados primários como em dados secundários. Já em relação à análise, para garantir a comparabilidade entre ambos os grupos é realizado, inicialmente, um pareamento entre ambos os grupos utilizando características específicas observáveis antes do início da criação dos ADEs. Posteriormente, os municípios comparáveis são analisados utilizando o método da Dupla Diferença (DD).

Resultados: Os resultados evidenciam que os municípios tendem a se desenvolver mais educacionalmente do que os demais quando passam a fazer parte de ADEs, isto é, participar de um ADE apresenta efeitos positivos e estatisticamente significantes para os municípios.

Limitações: Por se utilizar unicamente de abordagem quantitativa, os resultados do modelo que impõem efeitos fixos tanto para municípios quanto para os anos não apresentam justificativa evidente.

Contribuições práticas: O estudo pode contribuir para auxiliar os gestores educacionais públicos sobre o ingresso em ADEs, bem como os tomadores de decisão do sistema público em busca do fortalecimento dessa iniciativa.

Contribuições sociais: Analisar o desempenho de sistemas educacionais contribui para a promoção de novas soluções para desafios da rede educacional, auxiliando no desenho e aperfeiçoamento de políticas públicas.

Originalidade: O presente estudo pretende preencher a lacuna de estudos quantitativos voltados para os Arranjos de Desenvolvimento da Educação.

Palavras-chave: Arranjo de Desenvolvimento da Educação; política pública educacional; avaliação da educação; método da Dupla Diferença.

Categoria do artigo: Dissertação de Mestrado/Artigo original.

ABSTRACT

Purpose: The objective of this work is to analyze the effect of the institutionalization of the Education Development Arrangements on the school performance of the initial years of elementary school in the municipal education network of the participating municipalities.

Design/Methodology: Data collection was based on both primary and secondary data. Regarding the analysis, to ensure comparability between both groups, initially, a pairing between both groups is performed using specific observable characteristics before the beginning of the creation of the ADEs. Subsequently, comparable municipalities are analyzed using the Double Difference method.

Findings: The results show that the municipalities tend to develop more educationally than the others when they become part of ADEs, that is, participating in an ADE has positive and statistically significant effects for the municipalities.

Research limitations: As it uses only a quantitative approach, the results of the model that impose fixed effects both for municipalities and for years do not present a clear justification.

Practical implications: The study can contribute to help public education managers about entering ADEs, as well as decision makers in the public system, seeking to strengthen this initiative.

Social implications: Analyzing the performance of educational systems contributes to the promotion of new solutions to educational network challenges, helping to design and improve public policies.

Originality: The present study aims to fill the gap of quantitative studies focused on Education Development Arrangements.

Keywords: Education Development Arrangement; educational public policy; education evaluation and Double Difference method.

Paper category: Master's thesis/Research paper.

Monteiro, Rachel Costa

Arranjos de desenvolvimento da educação e o impacto sobre os indicadores do sistema de avaliação da educação / Rachel Costa Monteiro. – 2021.
46 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Cesar Zucco Júnior.

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Educação e Estado - Brasil. 3. Ensino fundamental. 4. Sistemas de escolas municipais. I. Zucco Júnior, César. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 370.11

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

RACHEL COSTA MONTEIRO

“ARRANJOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O IMPACTO SOBRE OS INDICADORES DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO”.

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DATA DA DEFESA: 25/08/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROFº CESAR ZUCCO JUNIOR

**PROFº CESAR ZUCCO JUNIOR
ORIENTADOR(A)**

**PROFº JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
MEMBRO INTERNO**

**PROFº MOZART NEVES RAMOS
MEMBRO EXTERNO**

RIO DE JANEIRO, 25 DE AGOSTO DE 2021.

**PROFº FLAVIO CARVALHO DE VASCONCELOS
DIRETOR(A)**

**PROFº ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADE	Arranjo de Desenvolvimento da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério
Icep	Instituto Chapada de Educação e Pesquisa
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNE	Sistema Nacional de Educação
TPE	Todos Pela Educação
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Lista de Quadros

Quadro 1: Constituição dos ADEs	18
Quadro 2: Relação de variáveis utilizadas para o pareamento e regressões	21

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa dos ADEs ativos em 2021	19
Figura 2: Linha do tempo dos ADEs	17
Figura 3: Gráfico de equilíbrio	25

Lista de Tabelas

Tabela 1: Estatísticas de balanço de Hansen e Bowers (2008).....	26
Tabela 2: Regressão para os municípios pareados em 2009	26
Tabela 3: Regressão para os municípios integrantes de ADE	28
Tabela 4: Regressão para os municípios integrantes de ADE ativos.....	30

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1. Qualidade da Educação	8
2.2. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)	10
3. METODOLOGIA.....	20
3.1. Coleta de dados	20
3.2. Análise dos dados.....	22
4. RESULTADOS	25
4.1. Municípios pareados	25
4.2. Municípios integrantes de ADEs.....	28
4.3. Municípios integrantes de ADEs ativos	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6. BIBLIOGRAFIA.....	35

1. INTRODUÇÃO

Bahia, 1997. No município de Palmeiras, situado na Chapada Diamantina, região montanhosa do interior do estado da Bahia, uma professora da rede estadual convivia com um contexto agonizante: as crianças que ingressavam nos anos finais do ensino fundamental eram analfabetas funcionais ou, simplesmente, analfabetas (CRUZ, 2014). Um território marcado pelas práticas coronelistas, que sofreu pelo declínio da produção de diamantes e tornou-se a 13ª posição no Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e a última no Índice de Desenvolvimento Social (IDS), dentre as quinze regiões econômicas em que a Bahia está dividida (OLIVEIRA; MEIRELLES, 2012).

Indignada com o contexto em que a rede se encontrava, fruto de seu passado, ela identificou o problema na base educacional, o qual se proliferava pelo ciclo escolar, e resolveu unir esforços para combater o cenário adverso. A ação teve início local e logo, os municípios no entorno tomaram conhecimento de sua experiência. Municípios, que também enfrentavam os mesmos desafios, com baixo investimento educacional, equipes desestruturadas e práticas mecanicistas, enxergaram a oportunidade de somarem esforços e trabalharem juntos nessa nova proposta educacional para sua região (OLIVEIRA; MEIRELLES, 2012).

Nesse cenário, se constitui o Arranjo de Desenvolvimento da Educação da Chapada Diamantina e regiões, a primeira experiência deste trabalho em colaboração, cujos municípios, atualmente, compõem o território com melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do estado da Bahia, mostrando que *"todo movimento coletivo, de alguma forma, nasce de necessidades, desconfortos e da nossa vontade de transformar algo"* (OLIVEIRA, 2018).

A colaboração proposta por eles se pauta no princípio do regime de colaboração fundado para o campo educacional, conforme artigo 211 da Constituição Federal, a mesma que conferiu o status de ente federativo autônomo aos municípios, tendo assim, maiores responsabilidades, sobretudo no âmbito da educação. Com relação ao regime de colaboração, o ensino fundamental e médio são etapas de atuação prioritária dos estados e Distrito Federal, ao passo que, a educação infantil e o ensino fundamental representam a prioridade para os municípios. Faz-se, assim, necessária a construção de um Sistema Nacional de Educação (SNE), o qual deveria ser articulado, em regime de colaboração, a partir do Plano Nacional de Educação (PNE). Entretanto, como o mesmo ainda não foi efetivado, neste contexto, surgiram experiências para o fortalecimento dos meios de cooperação horizontal, como os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs).

Para compreender melhor esse tipo de iniciativa, a Resolução CNE/CEB nº 1/2012, conceitua o ADE como “*uma forma de colaboração territorial, basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando a assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico*”. Dessa maneira, municípios com proximidade geográfica e características sociais similares se unem a fim de realizarem um trabalho em rede, a partir da troca de experiências de soluções para dificuldades em comum.

Agora: será que as colaborações horizontais via ADE melhoram o desempenho educacional? Qual o efeito da institucionalização dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação para o desempenho dos municípios integrantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)?

O objetivo do trabalho é analisar o efeito da institucionalização dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação sobre o desempenho escolar dos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino dos municípios integrantes. Sua relevância reside na longevidade de determinadas experiências de ADE, bem como na recente atualização das Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação pela Câmara Nacional de Educação a partir da emissão do PARECER CNE/CEB Nº: 7/2020, além do Projeto de Lei 5.182/2019, o qual tem por finalidade institucionalizar e estimular a formação de Arranjos de Desenvolvimento da Educação.

Para além, o presente estudo pretende preencher a lacuna de estudos quantitativos voltados para os Arranjos de Desenvolvimento da Educação e avaliar de que forma o efeito da participação dos municípios nos mesmos contribui para alavancar o desempenho das redes, em específico nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino, a partir do sistema de avaliação vigente.

Assim, a hipótese a ser testada, gerada a partir do embasamento no referencial teórico, consiste em:

H1. A participação do município em um Arranjo de Desenvolvimento da Educação contribui para a melhora de seu desempenho educacional.

Nessa perspectiva, esse trabalho está organizado em cinco partes, contando com essa introdução. A segunda apresentará o diálogo da literatura concernente ao conceito de qualidade da educação, bem como a contextualização dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação. Na terceira seção será detalhada a metodologia utilizada no trabalho, evidenciando a construção do modelo estatístico. Na quarta seção, são apresentados os principais resultados encontrados,

a partir dos testes realizados. Por fim, serão expostas as considerações finais do trabalho, destacando-se as principais implicações referentes aos resultados encontrados, limitações do estudo e possíveis pesquisas futuras sobre o tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os elementos teóricos que embasaram o trabalho. Para tanto, os assuntos abordados na revisão de literatura abaixo são: qualidade da educação e Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE).

2.1. Qualidade da Educação

O conceito de qualidade da educação se altera ao longo do tempo, sobretudo com as mudanças que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, a partir do levantamento de diversos estudos, os autores concluem que a qualidade da educação pressupõe um conjunto de fatores extra e intra escolares (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007). No primeiro, destaca-se a dimensão socioeconômica e cultural dos envolvidos, ao passo que, no segundo, são considerados aspectos relativos ao nível do sistema, das escolas, dos professores e dos alunos, por exemplo (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

Devido à extensa gama de fatores atrelados à qualidade da educação, torna-se necessária a busca por medidas capazes de traçar um horizonte a ser perseguido pelas políticas educacionais, assim, tem-se os instrumentos de avaliação educacional como um meio para esse processo (VIANNA, 2000). Nessa perspectiva, no Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado desde 1990, cumpre esse papel, uma vez que é:

“(…) um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais” (INEP, 2020).

Cabe salientar que, a partir da edição de 2019, o Saeb passa a ser o conjunto das três provas padronizadas aplicadas pelo governo: Prova Brasil, Saeb e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Complementando o Saeb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, reúne as médias de desempenho nas avaliações, medidas pelo Saeb, e o fluxo escolar, isto é, as taxas de aprovação que constam no Censo Escolar (INEP, 2020). Segundo o INEP (2020), “*o índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação*”, sendo uma das métricas utilizadas para o alcance das metas definidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Sob outra perspectiva, Veloso (2011) cita, dentre os fatores intra escolares, três meios identificados a partir de experiências de reformas educacionais internacionais para a melhoria da aprendizagem, sendo elas: descentralização do sistema educacional; accountability dos agentes do processo; e competição entre escolas. Cumpre notar o primeiro ponto, no qual o autor enfoca na gestão das unidades educacionais, ressaltando que a partir da dispersão de poder do ente central, as escolas demonstram uma melhora, uma vez que se espera que os gestores conheçam melhor as necessidades e os problemas vivenciados em suas realidades (VELOSO, 2011). Veloso (2011) também alerta para efeitos negativos que podem decorrer dessa descentralização, caso os agentes locais não possuam uma boa capacidade técnica.

Ademais, outros estudos são consoantes no que tange ao destaque para o papel da direção em relação à gestão da escola e o desempenho refletido no aprendizado dos estudantes. Tavares (2015) examina os impactos da participação de gestores no programa “Gestão Escolar por Resultados”, executado pelo estado de São Paulo em 2008, e evidencia que determinadas práticas possuem um efeito positivo nas notas de matemáticas dos estudantes, sugerindo que tais resultados devam estar associados por mudanças nas práticas pedagógicas e gerenciais por meio do programa. Já Marioni, Freguglia e Costa (2014) observam impactos diferenciados em se tratando de dados obtidos por meio do projeto GERES, um estudo longitudinal que acompanhou alunos do ensino fundamental de 2005 até 2008. Os autores constatarem que “(...) *a variável de gestão analisada é significativa para explicar a proficiência dos alunos em português*” (MARIONI et. al., 2014).

É importante salientar, de acordo com Lück (2009), que a gestão escolar não abarca apenas o diretor, como também engloba a participação ativa dos professores na liderança conjunta em prol dos compromissos pedagógicos. Em consonância, Paim-Fernandes e Monteiro (2021) discorrem sobre a gestão voltada para a aprendizagem, na qual o gestor escolar deve ser desonerado de questões burocráticas, a fim de voltar seu foco para a aprendizagem das crianças, a partir de um ciclo de planejamento e gestão. Os autores destacam a necessidade de:

“(...) introjetar uma cultura de acompanhamento, que abarque desde o professor na sala de aula, no relacionamento com cada aluno, passe pelo diretor da escola, chegue ao secretário municipal e alcance o secretário estadual de educação, que deve adotar uma visão sistêmica e ver que a educação estadual refere-se não apenas à rede estadual, mas a todas as redes municipais de educação”. (PAIM-FERNANDES; MONTEIRO, 2021).

2.2. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)

Na Constituição Federal de 1988 — e depois corroborado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹ e no Plano Nacional de Educação (PNE)² — cabe ao Estado garantir o direito à educação de qualidade. A garantia de um padrão de qualidade educacional, com pleno acesso, inclusão e permanência dos indivíduos na escola e seu sucesso se transforma em qualidade social da educação.

Em seu artigo 211, a Constituição prevê que a educação será ofertada em regime de colaboração, tal como reproduzido a seguir:

“Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

De acordo com o estabelecido no PNE, a estruturação se daria a partir da institucionalização de um Sistema Nacional de Educação (SNE), todavia, o mesmo ainda não foi efetivado. Segundo Ramos (2012, p. 67), tal sistema deveria ser vinculado ao regime de colaboração, tendo como determinação “(...) *definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas*”.

Paim-Fernandes (2018) discorre que

“Embora com características distintas ao Sistema Único de Saúde, o SNE, dada a assimetria dos municípios, poderia instituir um modelo onde as responsabilidades e as atribuições desses municípios estivessem atreladas a sua capacidade técnica. Dessa forma, nem todos eles constituiriam sistemas de ensino, podendo haver, inclusive, cooperação com os estados para uso comum de recursos pedagógicos, de infraestrutura e de pessoal”.

¹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

² Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Nesse sentido, há duas possíveis maneiras para a articulação intergovernamental: (i) vertical, tendo a colaboração entre a União com os estados, o Distrito Federal e os municípios, além dos estados com seus próprios municípios e; (ii) horizontal, entre entes que estão na mesma esfera organizacional, se valendo de cooperações interestaduais ou intermunicipais (ABRUCIO, 2012).

Somando-se a esse cenário, ao longo da década de 1990, ocorreu a descentralização de responsabilidades aos municípios. No âmbito educacional, “(...) *a descentralização está associada à transferência, total ou parcial, do controle do ensino fundamental dos estados para os municípios*” (LEME; PAREDES; SOUZA, 2009, p.2). Tal processo consolidou-se pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o qual vinculava recursos baseado no número de alunos do ensino fundamental atendido em cada rede de ensino – “(...) *é de crucial importância, ao criar incentivos e induzir os municípios a atrair alunos para o sistema educacional público*” (LEME; PAREDES; SOUZA, 2009, p.2).

Após a implantação do FUNDEF, a municipalização do ensino fundamental e as matrículas feitas nas escolas municipais vinham junto com professores, propostas pedagógicas, formação de professores, em suma, uma nova rede municipal de ensino. De acordo com Nicoletti (2014, p.17), “*o grande problema apresentado pelos responsáveis pela educação: a falta de estrutura municipal para trabalhar com essa complexidade*”.

A primeira iniciativa dos arranjos municipais advém do interior da Bahia, em 1997, a partir do projeto criado pela professora Cybele Amado de Oliveira para a busca da erradicação do analfabetismo das crianças de Palmeiras (CRUZ, 2014). Na busca por financiamento, a proposta foi enviada à diversas organizações, e culminou com o apoio dos atores: prefeitura, associações como a de pais, de professores e de agricultores, além de Natura e Fundação Abrinq, da parte de organizações do terceiro setor (STRELEC, 2017).

Desse modo, o projeto foi disseminado para os demais municípios da região da Chapada Diamantina, dando início a constituição do Território Colaborativo Chapada Diamantina, a primeira experiência de ADE (CRUZ, 2014). De acordo com a Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação (2021), “*gestores e educadores envolvidos iniciaram as trocas de experiências, implantaram a formação continuada dos professores, (...) e buscaram apoio com parceiros técnicos*”, continuando ativo até o presente momento, com a liderança do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep).

No contexto do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, que visava melhorar a educação brasileira a partir de um conjunto de programas, e do

Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, surge o Plano de Ações Articuladas (PAR), uma

“(...) estratégia de assistência técnica e financeira, (...) que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino” (FNDE, 2021).

Foram nessas circunstâncias em que os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE) emergem. Conforme Ramos (2012, p. 68),

“(...) os ADEs significam trabalhar em rede de forma que municípios com proximidade geográfica e características sociais semelhantes troquem experiências e solucionem em conjunto dificuldades na área da Educação, trabalhando de forma articulada com os estados e a União, e promovendo e fortalecendo a cultura do planejamento integrado e colaborativo na visão territorial e geopolítica” (RAMOS, 2012, p. 68).

As experimentações remontam do ano de 2009, com a criação inicial do ADE do Recôncavo Baiano, com o incentivo do Todos Pela Educação (TPE) e Instituto Votorantim, contando com o apoio do MEC, bem como da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, da seccional da Undime na Bahia, do Conselho Estadual de Educação do Estado, das Secretarias Municipais de Educação e da Universidade do Recôncavo Baiano (CRUZ, 2014; ABRUCIO, 2017). Em sequência, foram compostos o ADE Linha Férrea dos Carajás, com o auxílio da Fundação Vale e Comunidade Educativa (CEDAC); ADE Agreste Meridional de Pernambuco, estimulado pelo Serviço Social da Indústria (SESI-PE); e ADE Noroeste Paulista, com o apoio do TPE e a liderança do governo municipal de Votuporanga (CRUZ, 2014; ABRUCIO, 2017; STRELEC, 2017).

Nesse sentido, com base nas experiências exitosas, descritas anteriormente, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) emite o Parecer nº 9, em 2011, o qual se propõe a analisar a proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação. Já em 2012, a Resolução nº 1 do CNE (2012), a qual dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação, é aprovada. Em seu artigo 4º, a resolução estabelece os itens necessários para o reconhecimento da estrutura de um ADE, conforme abaixo:

“I – identificação das instituições e organizações educacionais que atuam na área territorial comum;

- II – levantamento das informações e indicadores educacionais pelos entes federados constituintes do ADE;
- III – motivação para um trabalho coletivo, em colaboração, evitando as indesejáveis sobreposições de esforços;
- IV – identificação dos indicadores educacionais mais relevantes para melhorar a qualidade social da Educação;
- V – construção de matrizes de indicadores segundo as dimensões de gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura física e recursos pedagógicos, bem como definição das ações comuns ao conjunto dos entes federados do ADE;
- VI – elaboração de mapa estratégico do ADE, indicando não só as ações prioritizadas, como também os resultados esperados com base nas metas acordadas entre os entes federados participantes do arranjo, tendo por objetivo promover a qualidade social da educação local mediante ações colaborativas;
- VII – definição de metas de curto, médio e longo prazo em relação às ações prioritizadas que sejam de efetivo interesse comum ao maior número possível de entes federados participantes do arranjo, visando motivá-los a continuar o trabalho em rede;
- VIII – estabelecimento de Ato constitutivo do acordo firmado pelos participantes do arranjo, com a definição das regras de funcionamento e do gestor local do ADE”.

Ramos (2012) pontua a importância de se estabelecer objetivos de curto, médio e longo prazo, em consonância com as ações prioritizadas elencadas pelo ADE, sendo um mecanismo em prol da longevidade do arranjo. É fundamental estipular metas que sejam de interesse mútuo da maior parcela possível de municípios integrantes, uma vez que estes necessitam estar motivados para prosseguir com o trabalho em rede (RAMOS, 2012). Apesar dos ADEs pautarem suas ações prioritárias em questões pedagógicas comuns a todos dos territórios envolvidos, cada arranjo irá estabelecer o foco primário de seus objetivos, tais quais, mas não apenas: melhoria na qualidade de ensino das redes; aumento dos indicadores educacionais; formação de professores; formação de gestores; melhoria da infraestrutura das escolas.

No que tange ao aspecto de formalização dos arranjos, não foi instituída uma estrutura jurídica que respaldasse a composição dos ADEs (GRIN, 2020). Ramos (2020) destaca o elemento positivo da maleabilidade presente na organização dos arranjos, conferindo maior autonomia e discricionariedade para os gestores das iniciativas, que mormente, são os Secretários de Educação dos municípios integrantes. Por outro lado, o aspecto legal constituído poderá conferir uma musculatura voltada para a atuação de longo prazo dos ADEs, sem dependerem de apoio das organizações não governamentais (RAMOS, 2020).

Nessa perspectiva, cabe destacar que os ADEs que se constituíram posteriormente a aprovação da Lei do Plano Nacional de Educação, de 25 de junho de 2014, continuam em atividade desde o presente momento. Tanto a Resolução nº 1/2012, elaborada pelo Conselho

Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica, quanto a Lei do PNE trouxeram maior legitimidade e clareza para a atuação colaborativa entre os municípios. A Figura 1 ilustra a linha do tempo dos ADEs a datar da primeira experiência.

Das experiências documentadas, prévias à situação anterior, tem-se o ADE Chapada e o ADE Noroeste Paulista, além do ADE Linha Férrea dos Carajás e o ADE Saber, como bem sucedidas e descontinuadas, respectivamente. O ADE Chapada, como previamente exposto, foi a primeira iniciativa de arranjo, tendo começado suas atividades em 1997 e continuado até o presente momento.

O ADE Noroeste Paulista iniciou suas ações em 2009, a partir da adesão de 17 municípios da região Noroeste do estado de São Paulo, tendo o município de Votuporanga como liderança, e em 2021, conta com 65 integrantes, evidenciando o sucesso de sua iniciativa. Sua governança é composta por “*Coordenação Executiva (Secretário de Educação em exercício), Grupo gestor (membros da secretaria e técnicos eleitos), secretária executiva (cargo permanente de funcionária concursada), Coordenação de Grupos*” (ABRUCIO, 2017). Seu foco de atuação residiu na execução das metas pactuadas pelos integrantes a partir das atividades previstas no PAR; no oferecimento de formação continuada para os docentes; realização de eventos para a mobilização da comunidade educacional; dentre outras.

Um ponto relevante do arranjo foi ter uma técnica concursada como responsável pelo ADE, dessa forma, seria parte permanente da equipe, não tendo a possibilidade de ser destituída com mudanças políticas, tornando-se um mecanismo para a garantia da continuidade do trabalho do arranjo. Assim, conseguiram estabelecer uma agenda de atividades anual, fortalecendo a colaboração entre os integrantes, mobilizando sua rede por meio de diversas ações, dentre elas, conferências organizadas e consequentemente, tendo a elevação do Ideb dos municípios (ABRUCIO, 2017).

Nicoletti (2014) pontua que o ADE Noroeste Paulista,

“(...) embora já esteja constituído, ainda encontra-se em formação, constitui um espaço onde os municípios podem buscar alternativas para suplementar as políticas educacionais dos governos federal e estadual, elaborando políticas regionais que possam ser mais eficientes, pois são concebidas de acordo com a realidade local e levando em consideração suas reais necessidades. Desta forma, compreendemos ser o Arranjo um centro de referência regional de educação, com poder decisório legítimo, trazendo benefícios aos municípios participantes e desenvolvimento regional”.

Por outro lado, o ADE Linha Férrea dos Carajás, que teve início em 2009 e término em 2013, contou com a Fundação Vale como parceiro mantenedor e como parceiro técnico a Comunidade Educativa CEDAC, assim, sua governança foi composta pelos líderes municipais

da EFC e as organizações apoiadoras. O arranjo estabeleceu como ações prioritárias a execução das atividades previstas no PAR de cada município integrante; a melhoria da comunicação e integração das SMEs com as próprias prefeituras, as demais secretarias municipais, os gestores escolares, as famílias e as comunidades locais; e a implementação de uma cultura colaborativa a fim de se propulsionar operacionalização de projetos (ABRUCIO, 2017).

Segundo Nascimento (2019),

“fazer parte do ADE-EFC permitiu aos municípios e aos seus representantes muitas conquistas, como uma maior articulação das secretarias municipais de Educação com suas equipes técnicas e pedagógicas, criação de uma rotina de formação continuada, tendo como base a gestão das aprendizagens, dentre outros ganhos, o que por meio de um trabalho colaborativo garantiu a melhoria do Ideb dos municípios que integravam o ADE-EFC. Açailândia, por exemplo, saiu de um índice de Ideb, em 2009, de 4.3 para, em 2013, 4.5”.

Entretanto, seu declínio se deu pela ausência de investimento de seu parceiro financiador, após concluído o acordo estabelecido entre as partes, e sem firmar novas formas de cooperação com agentes externos, o ADE Linha Férrea dos Carajás encerrou suas atividades (ABRUCIO, 2017; NASCIMENTO, 2019). Cruz (2014) levanta demais hipóteses para o fim do arranjo, a partir de relatos de atores envolvidos no processo, tais quais: pondera que, considerando a governança estabelecida, poderia haver um desequilíbrio de poder entre os sujeitos; e o aspecto político como ponto para a desestruturação, visto que havia prefeitos que não possuíam uma gestão próxima de seus municípios (não frequentando regularmente por residirem na capital, distante das cidades, por exemplo) e por vezes, a política educacional não tinha uma continuidade do trabalho então estabelecido.

O ADE Saber teve sua fundação no ano de 2013, a partir do estímulo do Banco Santander, que atuou como um parceiro mantenedor e a Comunidade Educativa CEDAC, como parceiro técnico, desse modo, sua governança foi formada pelos líderes municipais da Mesorregião de São José do Rio Preto e as organizações apoiadoras. Suas atividades se voltaram para o cumprimento das metas estabelecidas para os anos finais do ensino fundamental postas pelo PNE; qualificação dos gestores educacionais; e formação de docentes (ABRUCIO, 2017).

Dessa maneira, ao longo de sua atuação, o arranjo alcançou diversos resultados, como: a institucionalização de políticas de promoção de leitura nas redes integrantes; melhoria dos espaços físicos dos estabelecimentos de anos finais; e fortalecimento das relações entre os atores educacionais. Em consonância com o ADE Linha Férrea dos Carajás, após a conclusão

de seu acordo com o parceiro financiador, o ADE Saber não conseguiu dar continuidade a iniciativa e encerrou sua iniciativa em 2016 (ABRUCIO, 2017).

De acordo com os dados do Censo de 2010, do IBGE, 72% dos municípios brasileiros correspondem a pequeno e médio porte, com até 20 mil habitantes e de 20.001 a 100.000 habitantes, respectivamente. Grande parte, conforme pontua a CEB/CNE, apresenta “(...) *escassez de recursos técnicos e financeiros, bem como lhes falta escala para avanços com qualidade no desempenho dessa responsabilidade, sendo dependentes de transferência federal e com baixa perspectiva de aumento significativo de suas receitas*” (BRASIL, 2020).

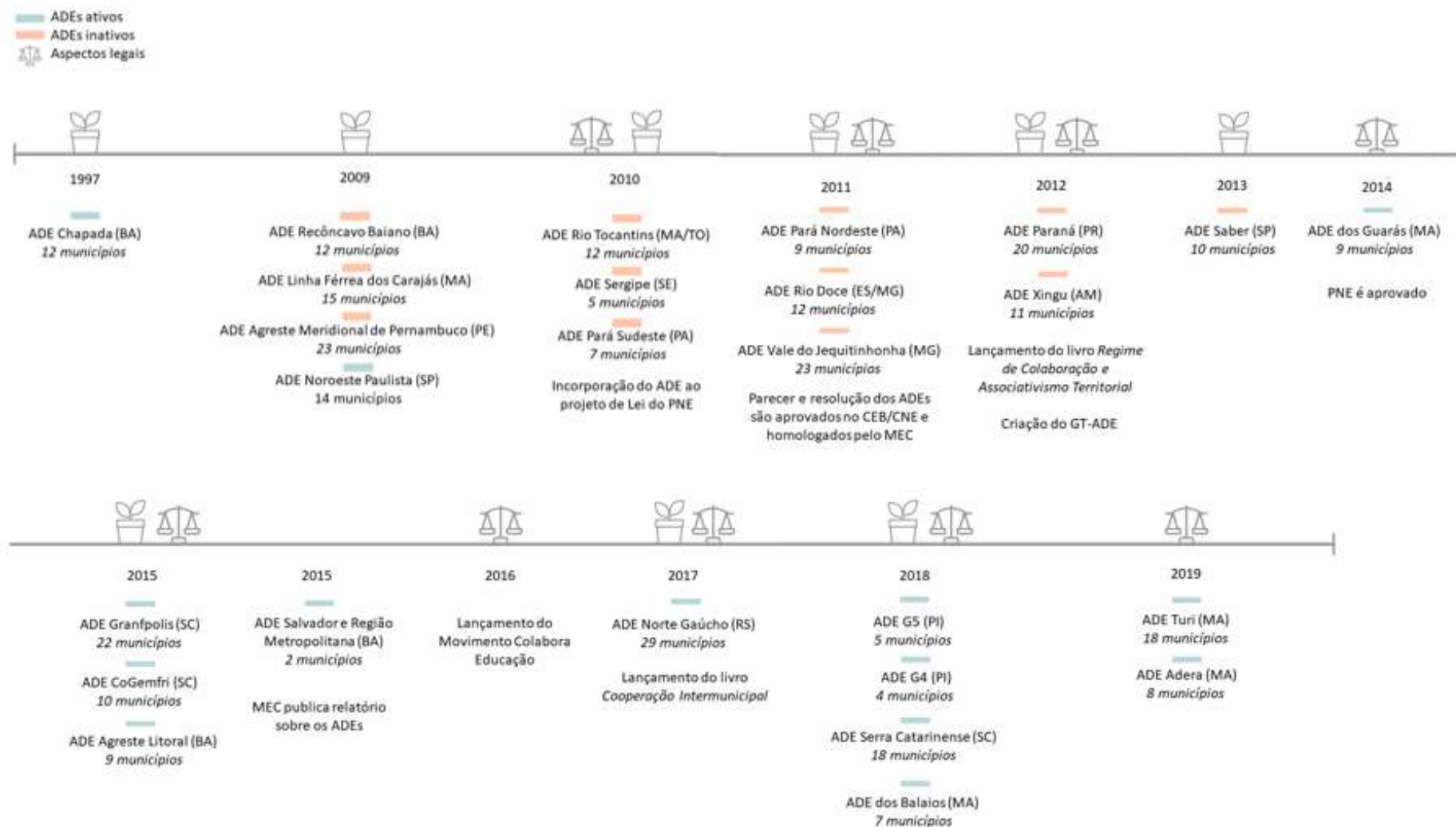
Focalizando nos municípios integrantes de arranjos ativos até 2019, observa-se que 75% deles são de pequeno porte e 90% corresponde ao somatório dos pequenos com os de médio porte do tipo II, que correspondem às regiões de até 50 mil habitantes (BRASIL, 2020). Dessa maneira, observa-se a predisposição de municipalidades de portes menores a aderirem à ADEs.

Atualmente, o Projeto de Lei 5.182/2019 retoma a iniciativa do PL 2.417/2011, o qual tinha por finalidade institucionalizar e estimular a formação de Arranjos de Desenvolvimento da Educação. O documento procura criar condições para que os ADEs, e por conseguinte os municípios integrantes, obtenham assistência técnica e financeira da administração federal, de modo prioritário.

Estabelece também normas orientadoras para atuação, em torno de quatro eixos fundamentais: i) gestão educacional; ii) formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; iii) práticas pedagógicas e avaliação; iv) infraestrutura física e recursos pedagógicos. Ademais, versa sobre as possibilidades de formalização para os ADEs: i) organização da sociedade civil de interesse público; ii) associação de municípios; iii) associação civil, formada por gestores educacionais da rede pública; iv) organização social.

Em paralelo, no ano de 2020, com a finalidade de atualizar e aperfeiçoar o Parecer CNE/CEB nº 9/2011, bem como a Resolução CNE/CEB nº 1/2012, que tratam da implementação do regime de colaboração mediante ADE, foi designada Comissão composta pelos Conselheiros da CEB. Desse modo, elaboraram o Parecer CNE/CEB nº: 7/2020, o qual trata das Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação e encontra-se em homologação.

Figura 1: Linha do tempo dos ADEs



Fonte: Instituto Positivo (2019).

A seguir, é apresentado um quadro dos ADEs em termos do ano de sua criação, denominação, número de municípios participantes quando da criação e atual, e finalmente, sua situação em 2021 se em atividade ou não:

Quadro 1: Constituição dos ADEs

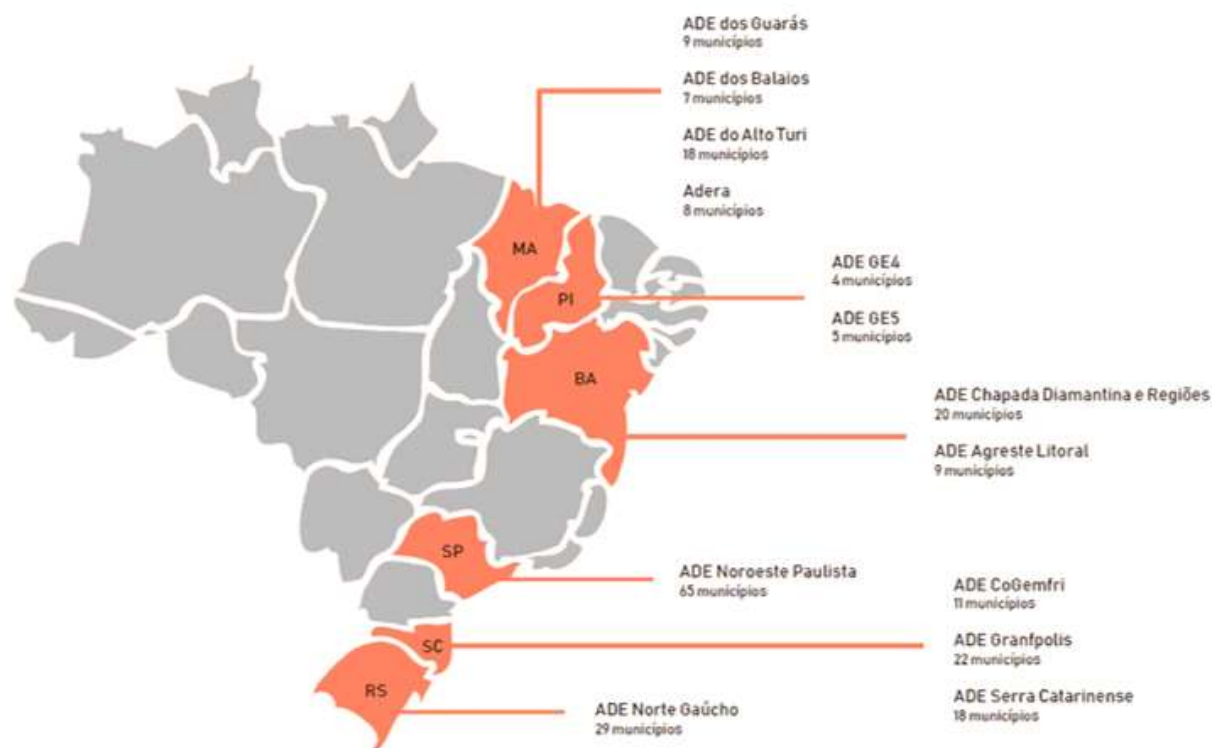
Denominação do ADE	Ano de criação	Nº de municípios na criação	Nº de municípios total*	Nº de municípios em 2019	Situação do ADE
ADE Chapada (BA)	1997	12	20	20	Ativo
ADE Recôncavo Baiano (BA)	2009	12	12	-	Inativo
ADE Linha Férrea dos Carajás (MA)	2009	15	16	-	Inativo
ADE Agreste Meridional de Pernambuco (PE)	2009	23	23	-	Inativo
ADE Noroeste Paulista (SP)	2009	14	66	65	Ativo
ADE Rio Tocantins (MA/TO)	2010	12	12	-	Inativo
ADE Sergipe (SE)	2010	5	5	-	Inativo
ADE Pará Sudeste (PA)	2010	7	7	-	Inativo
ADE Pará Nordeste (PA)	2011	9	9	-	Inativo
ADE Rio Doce (ES/MG)	2011	12	12	-	Inativo
ADE Vale do Jequitinhonha (MG)	2011	23	23	-	Inativo
ADE Paraná (PR)	2012	20	20	-	Inativo
ADE Xingu (AM)	2012	11	11	-	Inativo
ADE Saber (SP)	2013	10	10	-	Inativo
ADE dos Guarás (MA)	2014	9	9	9	Ativo
ADE Granfpolis (SC)	2015	22	22	21	Ativo
ADE CoGemfri (SC)	2015	10	11	10	Ativo
ADE Agreste Litoral (BA)	2015	4	10	9	Ativo
ADE Salvador e Região Metropolitana (BA)	2015	2	2	2	Inativo
ADE Norte Gaúcho (RS)	2017	29	32	29	Ativo
ADE G5 (PI)	2018	5	5	5	Ativo
ADE G4 (PI)	2018	4	4	4	Ativo
ADE Serra Catarinense (SC)	2018	18	18	17	Ativo
ADE dos Balaíos (MA)	2018	7	9	7	Ativo
ADE Turi (MA)	2019	18	18	18	Ativo
ADE Adera (MA)	2019	8	8	8	Ativo

*O número total de municípios baseou-se na revisão de literatura, no contato estabelecido com representantes dos ADEs e pesquisadores.

Fonte: Adaptado de Brasil (2020).

A Figura 2 abaixo ilustra a disposição geográfica das iniciativas ativas no ano de 2021. Observa-se que os estados do Maranhão e de Santa Catarina possuem o maior número de ADEs em atividade.

Figura 2: Mapa dos ADEs ativos em 2021



Fonte: Instituto Positivo e Movimento Colabora (2021).

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise de dados no trabalho. Conforme destacado, a presente pesquisa explora as diferenças nos resultados educacionais entre municípios que integram um ADE e os municípios que não integram, ao longo do período analisado. Para tanto, a coleta dos dados baseou-se tanto em dados primários como em dados secundários. Já em relação à análise, para garantir a comparabilidade entre ambos os grupos é realizado, inicialmente, um pareamento entre ambos os grupos utilizando características específicas observáveis antes do início da criação dos ADEs. Posteriormente, os municípios comparáveis são analisados utilizando o método da Dupla Diferença (DD).

3.1. Coleta de dados

Os dados referentes à composição e às características dos ADEs não podem ser encontrados em uma base previamente estruturada. Dessa forma, para a consecução do trabalho, tal base foi construída, inicialmente, a partir do estudo bibliográfico de livros, capítulos e periódicos, bem como de documentos eletrônicos, projetos de lei, relatórios de entidades associativas, conselhos e órgãos do governo federal. Ademais, fez-se necessária a realização de entrevistas com pesquisadores da temática na busca de maiores referências, bem como com representantes prévios e/ou atuais de determinados ADEs para a coleta de informações sobre os municípios integrantes.

A partir desse levantamento, foi possível mapear quantas e quais experiências estão em funcionamento, e dentre essas, quais os municípios participam dessas iniciativas ou já participaram, bem como seu ano de ingresso e caso aplicável, seu ano de saída do arranjo. Considera-se, portanto, que a própria sistematização de uma base de dados com as informações dos municípios quem compõem cada um dos ADEs ao longo dos anos, em si, é um subproduto desse trabalho.

Para além dos dados primários, a pesquisa conta também com dados secundários, coletados, em sua maioria, nas seguintes fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A literatura levantada embasou a escolha das variáveis para a aplicação do método.

As variáveis utilizadas e suas fontes são sintetizadas no Quadro 2:

Quadro 2: Relação de variáveis utilizadas para o pareamento e regressões

Variável	Fonte
<u>Explicada/dependente</u>	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	INEP
<u>Explicativa</u>	
Participação em ADE	Elaboração própria
<u>Pareamento</u>	
Latitude (LAT)	IPEA
Longitude (LONG)	IPEA
IDH Municipal de 2010 (IDHM)	PNUD
População (POP)	IBGE
Região Metropolitana (RM) – dummy	IBGE
Distância da Capital (DC)	IPEA
PIB per capita (PIB_PC)	IBGE
Taxa de aprovação da rede pública (APROV_PUB)	INEP
Nota de matemática (MT_PUB)	INEP
Nota de língua portuguesa (PT_PUB)	INEP

Fonte: Elaboração própria

Considerando o objetivo do trabalho, o painel é construído com dados anteriores e posteriores à implementação dos ADEs, possibilitando a verificação do grupo de controle e tratamento antes da intervenção (conforme especificado nas seções subsequentes). Dessa forma, o ano de 2009 foi estabelecido como o início da série, ano de constituição dos primeiros ADEs analisados na série (os quais passam a funcionar em termos práticos em 2010), concluindo a análise no ano de 2019, por se tratar do dado disponível mais recente com relação ao desempenho educacional do ensino básico.

3.2. Análise dos dados

A análise dos dados é realizada pelo método de diferenças em diferenças (DD), que permite isolar o efeito de interesse em um grupo de tratamento por meio da comparação com um grupo de controle. Dessa forma, realiza-se a comparação do desempenho dos índices de educação entre o grupo de tratamento, composto por todos os municípios brasileiros que estão ou já participaram de um ADE, e o grupo controle, formado por municípios que nunca fizeram parte desse tipo de composição. Esse método é muito utilizado em estudos com abordagens quasi-experimentais (BRANDÃO, 2014).

No caso em questão, ainda que não possa ser considerado como um evento de distribuição aleatória já que o status do “tratamento” é determinado por uma decisão deliberada dos municípios em integrar um ADE, pode-se, ao menos, buscar a validade da inferência estatística proposta pelo método (GREENSTONE; GAYER, 2009). Para tanto, é essencial que o comportamento da variável de resultado ocorrida nos municípios do grupo de controle seja um contrafactual válido para o que teria ocorrido nos municípios de tratamento, caso o tratamento (participação no ADE) não fosse aplicado. Esse, porém, é o principal problema em análises como essas: encontrar um grupo que represente adequadamente a situação de não tratamento, minimizando o viés de seleção (FOGUEL, 2012).

Buscando assegurar a comparabilidade entre grupos, foi implementado um procedimento de pareamento (*matching*) comparando-se uma série de variáveis observáveis entre os municípios de ambos os grupos (que ingressaram ou não em ADE). As variáveis utilizadas para a realização do pareamento são apresentadas no Quadro 3, sendo considerados os dados do ano de 2009 para todos os municípios. Busca-se, assim, parear cada município que pertence a um ADE com outros que apresentam características comparáveis a eles, porém, que não integram nenhum ADE. O objetivo é garantir que os municípios dos grupos de tratamento e controle sejam parecidos em relação às características que podem influenciar no desempenho em indicadores educacionais.

Com o pareamento realizado, ao identificar um conjunto de municípios que não aderiu a nenhum ADE, com características similares a um município integrante de um ADE, identifica-se um grupo de controle, que está exposto aos mesmos choques da variável de interesse, restando como diferença ter ou não adotado o “tratamento”. Assim, pode-se evidenciar o efeito de integrar o ADE, anulando efeitos das demais variáveis que poderiam afetar o desempenho educacional.

Neste estudo, o instrumento DD é aplicado para os “m” municípios brasileiros, em “t” períodos (pré-tratamento: $t=2009$; e pós-tratamento: $t > 2009$) e dois grupos (tratamento e controle). De forma sintética, pode-se representar o modelo estatístico por uma regressão linear, apresentada na equação:

$$Y_{mt} = \beta_0 + \beta_1 \times dADE_{mt} + \beta_{2t} \times dANO_t + \varepsilon_{mt}$$

Em que:

- i. Y_{mt} : é o indicador de resultado do Ideb para um município “m” em um ano “t”;
- ii. $dANO_t$: é o conjunto de variáveis binárias que assume valor unitário (igual a 1), para cada um dos anos analisados; as estimativas de resultado foram medidas em seis períodos, sendo um anterior ao tratamento (2009) e cinco posteriores (2011, 2013, 2015, 2017 e 2019); desta forma foram usadas cinco variáveis dummies, uma para cada ano pós-tratamento. O ano base, 2009, é captado pelo intercepto e os parâmetros estimados na regressão para cada dummy mostram o efeito médio do respectivo ano comparado com o ano base;
- iii. $dADE_{mt}$: é uma variável binária que, em um determinado período “t”, assume valor igual a 1, se a observação corresponde a um município no grupo de tratamento; e valor igual a zero para município do grupo de controle;
- iv. ε_{mt} : é o termo de erro aleatório para cada município e período;

Os parâmetros abaixo são estimados na regressão:

- v. β_0 : é o intercepto e pode ser interpretado como o valor da variável de resultado no grupo de controle e no primeiro período pré-tratamento ($t=2009$);
- vi. β_1 é o coeficiente que determina parte do valor da variável de resultado ligada ao fato de pertencer ou não ao grupo de controle;
- vii. β_{2t} determina a fração da variável de resultado referente aos períodos de análise, sendo um parâmetro para cada ano analisado pós-tratamento ($t > 2009$), comparado com o período inicial.

Por robustez, foram analisados dois cenários: o primeiro, considera todos os ADEs criados desde 2009, ativos ou não; o segundo, considera apenas os ADEs que permaneciam ativos em 2019.

Para cada cenário, foram estimados três modelos de dados em painel com efeitos fixos. Em linhas gerais, em um modelo em painel assume-se que o erro total (ε_{mt}), pode ser decomposto em duas partes: μ_m e θ_{mt} . A componente não observável (μ_m) é o efeito fixo porque, sendo constante para todo o “ t ”, apenas está indexado à unidade individual “ i ”. Já o componente observável é o efeito aleatório (θ_{mt}), pois, varia a cada “ t ” dentro da mesma unidade individual “ i ”. O modelo de efeitos fixos tem como principal característica tratar os μ_m , como variáveis aleatórias não observadas e correlacionadas com alguma variável explicativa. De forma análoga ao especificado nesse parágrafo, pode-se estimar também o efeito fixo para os anos, com o componente aleatório do erro atribuído aos municípios em cada ano, bem como para ambas as variáveis.

Os três modelos testados consideram: i) efeitos fixos para os municípios; ii) efeitos fixos para os anos; iii) efeitos fixos para ambas as variáveis. O efeito fixo para municípios é testado pois acredita-se que ao longo dos anos, há fatores “não observáveis” intrínsecos aos municípios que fazem com que uma observação em um ano afete a mesma observação no ano seguinte dentro de um próprio município. Já o modelo de efeito fixo de tempo pretende captar choques contemporâneos que afetam tanto os municípios controles quanto tratados. O terceiro modelo é testado por parcimônia, testando ambos os controles ao mesmo tempo.

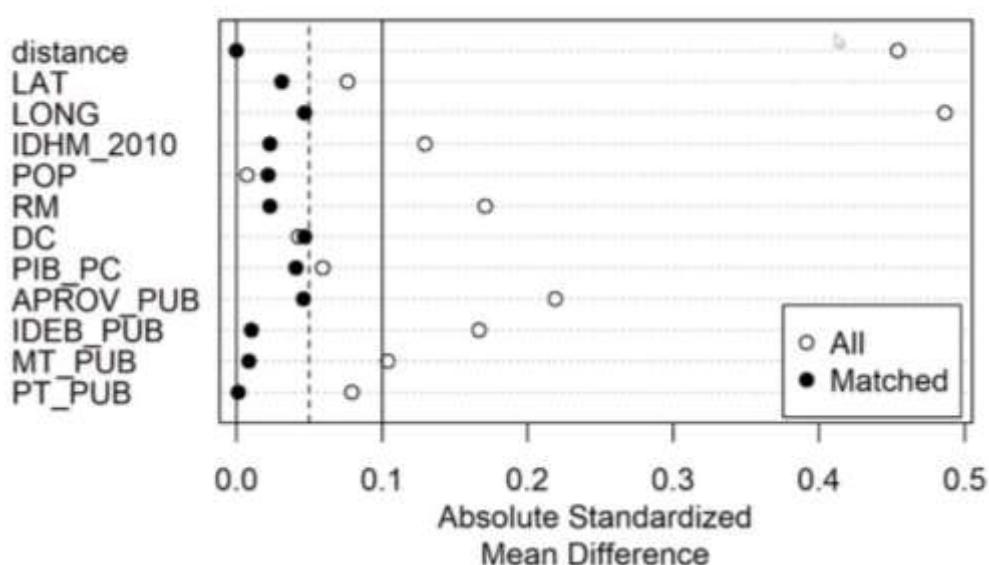
4. RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados do pareamento e dos modelos estatísticos criados para estimar o impacto da institucionalização dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação em indicadores do sistema de avaliação da educação nos municípios integrantes. A variável dependente utilizada é o Ideb, que, por agregar uma série de variáveis, foi neste estudo considerado mais completo e adequado para medir o desempenho dos municípios no sistema de avaliação da educação.

4.1. Municípios pareados

Após a criação dos grupos de tratamento e controle via pareamento, foram calculadas as diferenças padronizadas para verificação do equilíbrio. A Figura 3 exibe o gráfico de equilíbrio, indicando as diferenças entre os grupos de tratamento e controle antes e após a realização do pareamento. Evidencia-se que a técnica diminuiu significativamente as diferenças entre os grupos de tratamento e controle, visto que as tendências apresentam diferenças menores do que 0,25 desvio padrão.

Figura 3: Gráfico de equilíbrio



Fonte: Elaboração própria

Abaixo, na Tabela 1, é apresentada a estatística geral de Hansen e Bowers. A hipótese nula testada é que os grupos de tratamento e de controle, após o tratamento, são os mesmos. Sendo assim, o alto resultado do p-valor indica que ambos são indistinguíveis (ZUCCO, 2015).

Tabela 1: Estatísticas de balanço de Hansen e Bowers (2008)

	Chi2	df	p-valor
Pareamento	3,13	11	0,99

Fonte: Elaboração própria

A fim de se verificar que os municípios do grupo de tratamento e controle não possuem diferença significativa com relação às suas notas do Ideb em 2009, ano em que foi realizado o pareamento por ser prévio à criação dos ADEs, realiza-se a análise que consta na Tabela 2.

Tabela 2: Regressão para os municípios pareados em 2009

	Ideb Mun	Ideb Pub
(Intercept)	4.58 ***	4.71 ***
	(0.05)	(0.05)
ever.treatTRUE	-0.04	-0.01
	(0.09)	(0.08)
Nobs	689	786
r.squared	0.00	0.00
adj.r.squared	-0.00	-0.00
Statistic	0.26	0.02
p.value	0.61	0.89
df.residual	687.00	784.00
nobs.1	689.00	786.00
se_type	HC2.00	HC2.00

*** p < 0.001; ** p < 0.01; * p < 0.05.

Fonte: Elaboração própria

Desse modo, observa-se que, em 2009, momento anterior ao tratamento, ser do grupo de tratamento não estava associado a níveis diferentes de Ideb na rede municipal ($\text{trat} = -.04$, $\text{SE} = 0.09$, $p = 0.61$), nem na rede pública ($\text{trat} = -.01$, $\text{SE} = 0.08$, $p = 0.89$) quando comparado ao grupo de controle estabelecido, uma vez que os modelos não apresentam p-valores significativos, corroborando com a hipótese de não diferença entre os grupos.

4.2. Municípios integrantes de ADEs

A presente análise se pauta no grupo de tratamento contendo municípios que fazem ou já fizeram parte de um ADE ativo, expressa na Tabela 3. Três modelos de regressão foram estimados: com a inserção apenas de efeito fixo de município (model 1); com a inserção apenas de efeito fixo de ano (model 2); e com a inserção de ambos os efeitos fixos anteriores (model 3).

Tabela 3: Regressão para os municípios integrantes de ADE

	Model 1	Model 2	Model 3
treatnomTRUE	0.54 *** (0.04)	0.39 *** (0.06)	0.02 (0.03)
(Intercept)		4.56 *** (0.04)	
as.factor(ANO)2011		0.31 *** (0.06)	0.32 *** (0.02)
as.factor(ANO)2013		0.48 *** (0.06)	0.48 *** (0.02)
as.factor(ANO)2015		0.81 *** (0.06)	0.84 *** (0.02)
as.factor(ANO)2017		1.02 *** (0.06)	1.05 *** (0.02)
as.factor(ANO)2019		1.17 *** (0.06)	1.18 *** (0.03)
Fixed_effects município	Sim	Não	Sim
Fixed_effects ano	Não	Sim	Sim
nobs	4214	4214	4214
r.squared	0.78	0.15	0.90
adj.r.squared	0.73	0.15	0.88

*** p < 0.001; ** p < 0.01; * p < 0.05.

Fonte: Elaboração própria

Ser do grupo ADE está relacionado ao aumento de 0.54 pontos na nota do Ideb ($SE=.04$, $p<.001$), se comparado ao grupo de controle pós matching, incluindo efeito fixo de município. Tal situação também se aplica quando incluímos efeito fixo de ano, tendo um aumento de 0.39 pontos na nota do Ideb ($SE=.06$, $p<.001$). No entanto, resultados perdem significância quando adicionamos ambos os efeitos fixos, uma vez que o terceiro modelo não apresenta p-valor significativo ($SE=.03$, $p>.005$).

4.3. Municípios integrantes de ADEs ativos

Os resultados em questão se pautam no grupo de tratamento contendo municípios que fazem parte de um ADE ativo, isto é, os municípios de ADE inativos não estão contemplados na análise da Tabela 4. Três modelos de regressão foram estimados: com a inserção apenas de efeito fixo de município (model 1); com a inserção apenas de efeito fixo de ano (model 2); e com a inserção de ambos os efeitos fixos anteriores (model 3).

Tabela 4: Regressão para os municípios integrantes de ADE ativos

	Model 1	Model 2	Model 3
treatTRUE	0.71 *** (0.04)	0.36 *** (0.07)	0.00 (0.04)
(Intercept)		4.56 *** (0.04)	
as.factor(ANO)2011		0.33 *** (0.06)	0.32 *** (0.02)
as.factor(ANO)2013		0.49 *** (0.06)	0.48 *** (0.02)
as.factor(ANO)2015		0.82 *** (0.06)	0.84 *** (0.02)
as.factor(ANO)2017		1.03 *** (0.06)	1.05 *** (0.02)
as.factor(ANO)2019		1.18 *** (0.06)	1.18 *** (0.03)
Fixed_effects ano	Não	Sim	Sim
Fixed_effects município	Sim	Não	Sim
nobs	4214	4214	4214
r.squared	0.78	0.15	0.90
adj.r.squared	0.73	0.15	0.88

*** p < 0.001; ** p < 0.01; * p < 0.05.

Fonte: Elaboração própria

Ser do grupo ADE ativo está relacionado ao aumento de 0.71 pontos na nota do Ideb (SE=.04, $p<.001$), se comparado ao grupo de controle pós matching, incluindo efeito fixo de município. Tal situação também se aplica quando incluímos efeito fixo de ano, tendo um aumento de 0.36 pontos na nota do Ideb (SE=.07, $p<.001$). No entanto, resultados perdem significância quando adicionamos ambos os efeitos fixos, uma vez que o terceiro modelo não apresenta p-valor significativo (SE=.04, $p>.005$).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tem como objetivo analisar se a participação dos municípios em Arranjos de Desenvolvimento da Educação melhora o desempenho de sua educação. Para tanto, foram analisados os dados dos municípios brasileiros entre 2009 e 2019, tais como renda, população e localização geográfica, bem como sua participação em ADE e o desempenho no Ideb. É adotada uma estratégia de comparação baseada no pareamento dos municípios realizado por variáveis observáveis em 2009 (pré tratamento), para que a partir de então seja desenvolvido o modelo de diferenças em diferenças, que permite que o efeito da participação no ADE seja isolado de outros efeitos e comparável com municípios similares.

Em linhas gerais, os resultados mostram que todos os municípios, em média, como um todo melhoram seus desempenhos educacionais ao longo do período analisado, melhorando consistentemente ao longo dos anos. Tal resultado evidencia que as políticas públicas de Estado para educação realizadas no âmbito municipal e articuladas com os entes estaduais e federal tem gerado resultados positivos para a educação nacional. Os resultados são evidenciados ao se testar modelo com o efeito fixo de tempo, que apresenta esse crescimento em cada um dos anos tanto para o grupo de controle quanto para o tratado.

O ritmo desse crescimento, porém, poderia ser mais expressivo, deixando ainda grandes espaços para melhorias, principalmente considerando a posição do Brasil em avaliações internacionais de alfabetização e matemática, por exemplo. E é por esses motivos que o estudo de mecanismos gerenciais que possam oportunizar a melhoria dos resultados torna-se um campo promissor.

Portanto, em relação à hipótese principal do trabalho, os resultados evidenciam que os municípios tendem a se desenvolver mais educacionalmente do que os demais quando passam a fazer parte de ADEs, isto é, participar de um ADE apresenta efeitos positivos e estatisticamente significantes para os municípios. Em conjunto, esses resultados evidenciam que o desempenho dos municípios integrantes de ADE melhoram seus resultados ainda mais do que o grupo de controle ao longo dos anos, sendo mais expressivo para municípios que se encontram em ADEs ativos (vide Tabela 4).

O resultado é estimado usando um modelo de efeitos fixos, ou seja, ao longo dos anos, há fatores “não observáveis” intrínsecos aos municípios que fazem com que uma observação em um ano afete a mesma observação no ano seguinte dentro de um próprio município. Esses fatores não observáveis podem, inclusive, ter influenciado a própria decisão em integrar ou não um ADE.

Para além, deve-se ainda considerar que o amadurecimento da gestão dos ADEs tenderia também a implicar em um melhor resultado dos municípios integrantes ao longo dos anos. Isto é, quanto mais tempo se participa do ADE, melhores são os seus resultados educacionais aferidos. Como agenda para futuras pesquisas, sugere-se uma abordagem focalizada no efeito do tempo.

Tal ponto é relevante, pois espera-se que as iniciativas que possuem maior tempo desde sua criação estejam em um ponto de maturação maior: com uma melhor organização de seus desafios, suas estratégias e ações, em relação às experiências que se não se encontram mais ativas. Por outro lado, esses exemplos servem de aprendizado para os demais haja vista a troca a partir do insucesso, servindo de aprendizado inclusive para os municípios que foram integrantes, como por exemplo a criação do ADERA, o qual é composto pela maioria dos participantes do ADE Linha Férrea dos Carajás.

Esses resultados evidenciam a relevância dos ADEs enquanto mecanismo participativo e colaborativo de gestão educacional para os municípios. Além disso, é importante destacar o aspecto territorial desse trabalho em rede, uma vez que esses municípios com proximidade geográfica se articulam a fim de promover a melhoria na qualidade de sua oferta escolar.

Com essa promoção das atividades conjuntas, é fundamental frisar o aspecto da equidade presente no conceito dos arranjos. Os municípios que despontam em termos de sua gestão educacional, na formação de seus educadores ou em seus métodos pedagógicos, tendem a compartilhar suas boas práticas com os demais integrantes do ADE, e consequentemente, tem-se a diminuição da assimetria entre eles. Sendo oportuna uma agenda futura de pesquisa para o aprofundamento em cima desse recorte.

Destaca-se aqui, igualmente, o ponto do foco primário de cada arranjo: alguns mais voltados para o aumento de seus indicadores educacionais, enquanto outros focam suas ações na formação de gestores. Apesar de seus objetivos pedagógicos diversos, os quais implicam em diferentes ações prioritárias, o ponto central dos ADEs, assim como da educação como um todo, é o foco na aprendizagem das crianças.

Desse modo, a junção dessas iniciativas diversas para a presente análise de dados torna-se relevante, pois mesmo que nem todas descrevam a elevação dos indicadores escolares como meta prioritária, aqueles que buscam formar seus gestores ou professores estão caminhando para essa consequência, mesmo que a passos mais curtos. O conceito da gestão voltada para a aprendizagem nos mostra esse caminho, no sentido de desonerar a gestão para que ela se concentre nas questões pedagógicas relevantes e tenham o respaldo de sua organização estruturada para isso (PAIM-FERNANDES, 2021).

Cumpra-se notar que os resultados do modelo que impõem efeitos fixos tanto para municípios quanto para os anos não apresentaram significância estatística. Ainda que a justificativa para esse resultado não seja evidente, reforça-se a possibilidade de explorar essa vertente dos resultados em trabalhos futuros. Ademais, o fato desse estudo ter se restringido à abordagem quantitativa dita certas limitações para a compreensão dos resultados aferidos, o que, por outro lado, com a metodologia qualitativa buscaria o entendimento das especificidades de cada um.

Nessa perspectiva, vale reforçar que um dos aspectos de atenção para os ADEs é sua organização estrutural. Embora a maleabilidade presente na organização dos arranjos seja um ponto positivo para sua gestão, há de se ponderar com relação ao elemento jurídico necessário para conferir sustentação a iniciativa. Desse modo, além da possibilidade de se evitar uma dissolução repentina do arranjo, tal fato poderia contribuir para minimizar o efeito político presente em determinadas saídas de integrantes de ADE, por conta de mudança do partido vigente no município.

Por fim, acredita-se que com tramitação do Projeto de Lei 5.182/2019 e a atualização das Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação, as experiências dos ADEs ativas continuem em seu processo de amadurecimento e que novas iniciativas surjam nesse meio tempo, promovendo pesquisas futuras a fim de se explorar mais a temática dessa política pública.

6. BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, F. L. Associativismo territorial para a coordenação intergovernamental. In: ABRUCIO, F. L.; RAMOS, M. N. (Orgs.). **Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação**. São Paulo: Fundação Santillana, 2012. p. 17-30.

_____. **Cooperação Intermunicipal – Experiências de Arranjos de Desenvolvimento da Educação no Brasil**. Curitiba: Movimento Colabora Educação e Instituto Positivo, 2017. Disponível em: <<http://movimentocolabora.org.br/website/wp-content/uploads/2017/11/Cooperacao-Intermunicipal-livro-virtual.pdf>>. Acesso em: mai. 2021.

ADE SERRA CATARINENSE. **Histórico**. Disponível em: <<http://adeserracatarinense.com.br/historico/>>. Acesso em: mai. 2021.

ARRANJO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - ADE NOROESTE PAULISTA. **Novos municípios integrantes do ADE**. São Paulo, 17 de maio de 2013. Disponível em: <<http://arranjoeducacionalpaulista.blogspot.com/2013/05/novos-municipios-integrantes-do-ade.html>>. Acesso em: mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – GRANFPOLIS. **Relatório de Atividades e Prestação de Contas 2020**. Florianópolis, fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – AMFRI. **Relatório de atividades 2016**. Itajaí, 2016.

BRANDÃO, J. B. **O Rateio de ICMS por Desempenho de Municípios no Ceará e seu Impacto em Indicadores do Sistema de Avaliação da Educação**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

_____. Parecer CNE/CEB nº: 09, de 30 de agosto de 2011. **Análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8851-pceb009-11-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: mai. 2021.

_____. Parecer CNE/CEB nº: 7/2020. **Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=168171-pceb007-20&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: mai. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília, Distrito Federal: Ministério da Educação, 2007.

_____. Projeto de Lei nº 5.182, de 24 de setembro de 2019. **Dispõe sobre Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1811235&filenome=PL+5182/2019>. Acesso em: mai. 2021.

_____. Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 2012. **Dispõe sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9816-rceb001-12&Itemid=30192>. Acesso em: mai. 2021.

CONVIVA EDUCAÇÃO. **Os estados do Sul buscam parceria, apoio e trocas**. 25 de outubro de 2019. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/1948>. Acesso em: mai. 2021.

CRUZ, L. G. B. **Educação e arquiteturas territoriais**: possibilidades e limites para melhoria das condições de ensino e aprendizagem da educação pública municipal brasileira. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2014.

CRUZ, M. C. M. T.; SILVA, A.; VECCHIA, R.; BATISTA, S.; BARROS, A. T. O regime de cooperação: consórcios e arranjos de desenvolvimento no Brasil. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, v. 3, 2019, Natal. **Anais do III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**: Democracia no século XXI e os desafios para gestão pública. São Paulo: 2019. p. 1261 - 1280. Disponível em: <https://zone.inatto.com/acp.root/acp_data/anais2020/trabalhos/st7/11_o_regime_de_cooperacao_consortorios_e_arranjos.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental**: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FOGUEL, M. N. Diferenças em diferenças. In: MENEZES FILHO, N. A.; PINTO, C. C. X. (Orgs.). **Avaliação econômica de projetos sociais**. 3. ed. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2012. p. 85-110.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Sobre o PAR**. 2021. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/par/sobre-o-plano-ou-programa/preguntas-frequentes-2>>. Acesso em: mai. 2021.

GREENSTONE, M.; GAYER, T. Quasi-experimental and experimental approaches to environmental economics. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 57, n. 1, p. 21-44, 2009.

GRIN, E. J. O suporte jurídico para os Arranjos de Desenvolvimento da Educação e o aprendizado da Lei dos Consórcios Públicos. **Revista Colaboração**. Curitiba, n. 5, p. 15-17, 2020.

IMED. **Histórico:** Arranjo de Desenvolvimento da Educação Norte Gaúcho. Disponível em: <<https://imed.edu.br/Comunicacao/Eventos/Hotsite/ade-norte-gaucha/historico>>. Acesso em: mai. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb.** 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>>. Acesso em: set. 2020.

INSTITUTO POSITIVO. **Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE).** Apresentação realizada para o Conselho Nacional de Educação em 3 de abril de 2021. 2019. 47 slides.

INSTITUTO POSITIVO; e MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO. **Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE).** Apresentação realizada para o Conselho Nacional de Educação em 10 de junho de 2021. 2021. 9 slides.

_____. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 1, 2018a.

_____. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 2, 2018b.

_____. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 3, 2019a.

_____. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 4, 2019b.

_____. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 5, 2020a.

_____. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 6, 2020b.

ITAÚ SOCIAL. ADE Chapada Diamantina. **Melhoria da Educação.** Disponível em <<https://melhoriadaeducacao.org.br/experiencia/1/ade-chapada-diamantina>>. Acesso em: mai. 2021.

LEME, M. C.; PAREDES, R.; SOUZA, A. P. A municipalização do ensino fundamental e seu impacto sobre a proficiência no Brasil. **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro.** Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, p. 261-280, 2009.

LÜCK, H.; **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo. 2009.

MARIONI, L. S., FREGUGLIA, R. S.; COSTA, A. B. M. Impactos da gestão escolar sobre o desempenho educacional: uma análise longitudinal. **Reuniões da ABAVE**, n. 7, p. 321-344, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ADE COGEMFRI. **PNE em Movimento.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa/34-ade-cogemfri>>. Acesso em: mai. 2021.

NASCIMENTO, K. J. Inspiração e motivação: a história do renascimento de um Arranjo. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 4, p. 18-21, 2019.

NICOLETI, J. E. **Arranjos de Desenvolvimento da Educação:** uma alternativa partilhada de gestão municipal da educação. Tese de doutorado (Doutora em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

OLIVEIRA, C. A. Instituto Chapada: a história do primeiro ADE do país. **Revista Colaboração.** Curitiba, n. 2, p. 16-20, 2018.

OLIVEIRA, C. A.; MEIRELLES, M. Projeto Chapada: uma experiência de ADE na Chapada Diamantina. In: ABRUCIO, F. L.; RAMOS, M. N. (Orgs.). **Regime de colaboração e associativismo territorial**: arranjos de desenvolvimento da educação. São Paulo: Fundação Santillana, 2012. p. 109-128.

PAIM-FERNANDES, J. H. Pacto federativo na educação e os desafios da educação brasileira e o SNE. In: CASTRO, M. H. G.; CALLOU, R. (Orgs.). **Educação em Pauta**: uma agenda para o país. 1. ed. Brasília: Organização de Estados Ibero-americanos, 2018.

PAIM-FERNANDES, J. H.; MONTEIRO, R. C. Governança e gestão na educação básica brasileira. In: PAIM-FERNANDES, J. H. (Org.). **O impacto da governança na educação básica**. 1. ed. Brasília: Organização de Estados Ibero-americanos, 2021. p. 1-13. No prelo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIO HUGO. **Prefeito Gilso assina acordo de cooperação na área da educação**. Tio Hugo, 14 de março de 2017. Disponível em: <<https://tiohugo.rs.gov.br/2017/03/14/prefeito-gilso-assina-acordo-de-cooperacao-na-area-da-educacao/>>. Acesso em: mai. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VICTOR GRAEFF. **Victor Graeff agora faz parte do Arranjo de Desenvolvimento da Educação Norte Gaúcho**. Victor Graeff, 21 de março de 2017. Disponível em: <<https://victorgraeff.rs.gov.br/2017/03/21/victor-graeff-agora-faz-parte-do-arranjo-de-desenvolvimento-da-educacao-norte-gaucha/>>. Acesso em: mai. 2021.

RAMOS, M. N. ADEs na pauta do Conselho Nacional de Educação: por que é importante atualizar a resolução 01/2012? **Revista Colaboração**. Curitiba, n. 5, p. 8-10, 2020.

_____. Arranjos de desenvolvimento. In: ABRUCIO, F. L.; RAMOS, M. N. (Orgs.). **Regime de colaboração e associativismo territorial**: arranjos de desenvolvimento da educação. São Paulo: Fundação Santillana, 2012. p. 67-84.

REDE DE COLABORAÇÃO INTERMUNICIPAL EM EDUCAÇÃO. **Integrantes**. 2021. Disponível em: <<http://www.redeintermunicipaledu.com.br/integrantes>>. Acesso em: mai. 2021.

STRELEC, T. C. **Relações intergovernamentais no contexto educacional brasileiro**: um estudo a partir dos acordos de cooperação nas políticas públicas em educação. Tese de doutorado (Doutora em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2017.

TAVARES, P. A. The impact of school management practices on educational performance: Evidence from public schools in São Paulo. **Economics of Education Review**, v. 48, p. 1-15, 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO - TPE. **Saiba o que foi e como funcionou o PDE**. 2018. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>>. Acesso em: mai. 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNDIME. **Perfil dos Dirigentes Municipais de Educação (2016-2017)**. 2017. Disponível em: <https://undime.org.br/uploads/documentos/phpRo6txi_60c15db02c9cf.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

VELOSO, F. A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. **Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, p. 215-253, 2011.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional**. São Paulo: IBRASA, p. 187-202, 2000.

ZUCCO Jr, C. The impacts of conditional cash transfers in four presidential elections (2002–2014). **Brazilian Political Science Review**, v. 9, p. 135-149, 2015.